

ALFABETIZAÇÃO AINDA É UM DESAFIO PARA OS PROFESSORES?

Eleide Gomes T. Torres de Lira¹
Evaldo Luzivan Dantas de Medeiros²
Jennifer Jerônimo da Silva³
Joseane Maria Araújo Medeiros⁴
Maria Tereza Teles de Oliveira⁵

RESUMO: Este artigo aborda um estudo desenvolvido na iniciação científica, cujo tema é alfabetização e letramento. Objetiva realizar uma reflexão acerca das práticas pedagógicas utilizadas no processo de alfabetização e letramento nos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo foi realizado com bolsistas e voluntários do curso de Pedagogia, do Centro Universitário Facex - UNIFACEX, no desenvolvimento das ações. Foram investigados alunos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental na faixa etária de 07 a 10 anos de idade, envolvendo duas escolas públicas e uma privada na cidade de Natal/RN. Para tanto, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, considerando o seu objetivo e a sua natureza. No processo do estudo, foram aplicados questionários com 05 professoras alfabetizadoras e foram realizadas atividades de leitura e de escrita com crianças das turmas do 1º ao 3º ano. O ponto de partida, para esta reflexão, foi as dificuldades apresentadas pelos alunos no processo de alfabetização, com apontamentos sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas por alguns professores que não compreendem a construção da escrita, conforme defendem os teóricos da psicogênese da língua escrita. Aprender a ler e a escrever é apropriar-se do código linguístico, tornando-se usuário da leitura e da escrita. Pensar e repensar a alfabetização, nessa perspectiva, requer do professor uma postura reflexiva; bem como, uma abertura para proporcionar ao aluno o trajeto da construção do conhecimento.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Prática Pedagógica.

ABSTRACT: This article approaches a study developed in the scientific initiation, whose theme is literacy and literacy. It aims to reflect on the pedagogical practices used in the process of literacy and literacy in the initial years of elementary school. The study was carried out with fellows and volunteers from the Pedagogy course, from the Facex University Center (UNIFACEX), in the development of actions. We investigated students from 1st to 3rd years of primary education in the age group from 07 to 10 years of age, involving two public schools and one private school in the city of Natal / RN. For this, the research is characterized as exploratory, considering its objective and its nature. In the process of the study, questionnaires were applied with 05 literacy teachers and reading and writing activities were performed with children from the 1st to 3rd grade classes. The starting point for this reflection was the difficulties presented by the students in the literacy process, with notes on the

¹ Pedagoga; Psicopedagoga; Mestre em Educação. Professora orientadora do projeto de Iniciação científica sobre alfabetização e letramento - Pedagogia/UNIFACEX. E-mail: eleidegomes@gmail.com.

² Bolsista do projeto de Iniciação científica sobre alfabetização e letramento - Pedagogia/UNIFACEX. E-mail: evaldodanthas@gmail.com.

³ Voluntária do projeto de Iniciação científica sobre alfabetização e letramento - Pedagogia/UNIFACEX. E-mail: Jenjhad197@gmail.com.

⁴ Pedagoga; Psicopedagoga; Mestre em Educação. Colaboradora do projeto de Iniciação científica - Pedagogia/UNIFACEX. E-mail: joseaneamedeiros@gmail.com.

⁵ Bolsista do projeto de Iniciação científica sobre alfabetização e letramento - Pedagogia/UNIFACEX. E-mail: terezatelleso@gmail.com.

pedagogical practices developed by some teachers who do not understand the construction of writing, as advocated by the theorists of the psychogenesis of written language. Learning to read and write is to appropriate the language code, becoming a user of reading and writing. Thinking and rethinking literacy, in this perspective, requires a reflective attitude from the teacher; as well as an opening to provide the student with the path of knowledge construction.

Keywords: Literacy. Literature. Pedagogical Practice.

1 INTRODUÇÃO

A realidade escolar tem preocupado educadores e autoridades governamentais, em consequência dos índices de reprovação nos anos iniciais do ensino fundamental. O estudo inicia-se com base nessa questão, pois compreende que a escola assume um papel de grande importância para a inclusão social e na construção do cidadão ético e crítico, uma vez que contribui na formação dos sujeitos, possibilitando o desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades intelectuais e sociais; pois assim, eles podem atuar na sociedade de maneira participativa e crítica.

Nesse contexto, o projeto de iniciação científica – que deu origem a esta pesquisa – foi estruturando-se através das discussões realizadas nas disciplinas de Alfabetização e Letramento; como também de Estágio Supervisionado na Educação Infantil e no Ensino Fundamental no curso de Pedagogia. No processo resgatamos e aprofundamos os conhecimentos sobre o tema, estruturamos e aplicamos os instrumentos de pesquisa – questionários –, concluímos a investigação com a análise dos resultados – fruto das nossas reflexões e inquietações acerca da alfabetização e das relações da teoria com a prática desenvolvida no âmbito escolar.

Diante da problemática sobre as possíveis fragilidades no processo ensino-aprendizagem na construção da língua escrita, concebemos um estudo para refletir a respeito das práticas pedagógicas de alfabetização, desenvolvidas na rede pública e privada, com o intuito de estabelecer a relação teórica e prática à luz da psicogênese da língua escrita. Compreendemos que essa abordagem atende ao objetivo desta pesquisa, uma vez que tem apresentado respostas positivas aos anseios no processo de alfabetização e letramento comprovados em pesquisas nessas últimas décadas.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

O ponto de partida para esse repensar da prática alfabetizadora teve como referenciais teóricos os documentos oficiais a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os pesquisadores da área, tais como: Ferreiro (2010); Kramer (2010); Soares (2015); Teberosky (2013); Vygotsky (2009). Estes estudiosos registraram em suas teses as práticas pedagógicas adequadas, no sentido de restaurar o conceito de ensinar e aprender/ler e de escrever, de maneira contextualizada com significação para quem ensina e quem aprende, ou seja, para os principais agentes engajados nesse processo: professores e alunos.

Quando nos propomos a discutir sobre as práticas de alfabetização, temos que considerar o seu significado para, assim, compreendê-las e saber redimensioná-las, conforme as necessidades de aprendizagem das crianças. Soares (2015) pontua que precisamos “desinventar a alfabetização”, ou seja, atender a especificidade dessa, bem como considerar também a especificidade do letramento, uma vez que ambas se completam e não anula a outra.

Não é preciso aprender a técnica para depois aprender a usá-la. E isso se faz durante muito tempo na escola: primeiro você aprende a ler e a escrever, depois você vai ler aqueles livrinhos lá. Esse é um engano sério, porque as duas aprendizagens se fazem ao mesmo tempo, uma não é pré-requisito da outra. (SOARES, 2015, p. 16).

Compreendemos, portanto, que o processo de alfabetização está vinculado à aquisição do letramento em conjunto, por meio das práticas sociais de leitura e escrita. Isso ocorre quando as professoras conseguem enveredar por uma prática pedagógica associada à leitura e à escrita de diversos gêneros textuais, bem como diferentes métodos de alfabetização que contemplem as necessidades de cada criança para se alfabetizar.

Assim abre-se, aqui, mais um aspecto para reflexão, levando-nos a questionar as práticas de alfabetização exercidas pelos professores e a sua relação com as demandas de aprendizagens das crianças.

O enfoque construtivista, diferentemente do ensino direto ou da ausência de toda intervenção, propõe que o melhor tipo de intervenção acontece quando o professor apresenta tarefas nas quais há um problema para resolver, ou seja, quando apresenta situações-problema. (TEBEROSKY, 2013, p. 98).

Como menciona Soares (2015), a alfabetização é um processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e de escrita. Desassociá-la do letramento acarreta ao

indivíduo dificuldades decorrentes da falta de compreensão que só é possível mediante o letramento, uma vez que o aluno precisa fazer uso desses dois recursos como forma de posicionar-se frente às questões que demandam criticidade e reflexão sobre o mundo o qual está inserido.

Com base nas ideias da referida autora, podemos refletir sobre essa questão, na perspectiva de conceber o processo de alfabetização não como técnica; como defendem os pensadores construtivistas. Essa é uma questão a ser considerada na prática docente, pois o professor alfabetizador sente-se inseguro em utilizar-se de métodos fonéticos caracterizados como tradicionais. O fato é que, muitas vezes, confundimos construção do pensamento pela criança, quando essa se encontra ainda em seu processo de compreensão das hipóteses silábicas de escrita.

O construtivismo por não estar aliado a um método que norteie o processo de alfabetização, mas à prática de diversos métodos (analíticos ao sintético), sempre de maneira contextualizada, faz sentido para a criança, intencionalmente, na perspectiva do letramento, uma vez que a escrita tem sua função social garantida e defendida nas bases construtivistas.

Segundo Ferreiro (2010), no início da institucionalização e organização da escola, no século XIX, as salas de aula eram compostas por crianças de vários níveis e idades. Nesse contexto, o grande desafio era ensinar o mesmo conteúdo para alunos tão diferentes. A tentativa de resolver esse problema surgiu no início do século XX, com a ideia de seriação e de formação de classes homogêneas por idade, que aconteceu com a criação de grupos escolares. Essa organização visava programar o ensino simultâneo que usa o princípio de ensinar a todos de uma única maneira. Para atender a esse formato de ensino foram criados os livros didáticos com o propósito de nivelamento de conhecimento entre os alunos.

Esse pensamento destoa da tese que fundamenta a teoria construtivista. Os trabalhos da psicolinguista Ferreiro (2010), na década de 1980, provocaram modificações nas bases da Educação. Segundo a autora, o nível de alfabetização de uma criança pode ser classificado de acordo com a relação que ela consegue estabelecer entre os sons e seu registro escrito. Ferreiro (2010) divide em quatro principais etapas o processo de alfabetização, até a apropriação do código linguístico pela criança, são elas: pré-silábica, silábica, silábica-alfabética e alfabética.

Com base nos estudos de Ferreiro, constatou-se que esse processo de evolução da aquisição da escrita pela criança não é linear, pois cada um precisa de um tempo para transpor as etapas e, ao longo do processo, acontecem avanços e recuos. As crianças podem oscilar

entre os quatro níveis e, inclusive, avançar do primeiro para o último, sem passar pelos níveis intermediários.

Os estudos da pesquisadora criticavam a avaliação de prontidão dos alunos, por meio de testes e a concepção idealizada das turmas homogêneas. As teorias do psicólogo russo Lev Vygotsky (2009), divulgadas no mesmo período, no Brasil, também mostravam a importância da aprendizagem com outras crianças e adultos mais experientes para o desenvolvimento infantil. Mesmo com as diversas pesquisas demonstrando essa convicção no processo de aquisição da leitura e escrita pela criança, ainda é bem frequente constatar esse desejo dos professores em lecionar uma turma homogênea.

Com base nos estudos de Teberosky (2013), a perspectiva construtivista trouxe uma nova visão da aprendizagem, uma vez que a entende como um processo contínuo de desenvolvimento e supera a visão estática de ensinar e aprender. Ressalta ainda a importância do contexto cultural que influencia o tipo de práticas de alfabetização, a relevância do contexto social como parte do discurso e das práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores; só assim serão relevantes para a sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular, homologada no início de 2018, propõe em uma de suas competências para o Ensino Fundamental a importância das diversas experiências e dos contextos sociais, sendo valorizados nas práticas docentes a partir das diversas linguagens. Assim, enfatiza que devemos:

utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação. (op. cit., p. 63).

Dessa forma, compreendemos que a organização das práticas pedagógicas deve fomentar nas experiências a riqueza das linguagens, como um princípio, fundamental para proporcionar o letramento, de forma que favoreça as trocas e o entendimento da função social da língua escrita nos diferentes contextos sociais e culturais.

3 METODOLOGIA

O estudo realizado caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e exploratória. Decidimos por essa investigação pelo teor da iniciação científica e adequação com o objetivo. Segundo Minayo (2011, p. 22),

Carpe Diem: Revista Cultural e Científica do UNIFACEX. v. 16, n. 2, 2018. ISSN: 2237 – 8685. Paper avaliado pelo sistema *blind review*, recebido em 01 de Maio de 2018; aprovado em 05 de Junho de 2018.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

O projeto do Programa de Iniciação Científica - PROINC/UNIFACEX contou com os bolsistas e os voluntários do curso de Pedagogia que participaram da pesquisa – realizada em três instituições escolares – e desenvolveram o estudo em duas escolas públicas e uma privada. A investigação também foi de campo, nela os bolsistas e os voluntários tiveram a oportunidade de observar e de aplicar uma atividade para os alunos registrarem os respectivos nomes das imagens, com objetivo de perceber o nível de representação escrita construídas pelas crianças. Participaram dessa atividade quinze alunos com idades de 7 a 10 anos, distribuídas nas séries do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental e seus professores.

A fim de investigar a concepção de alfabetização dos professores, bem como perceber os elementos de sua prática pedagógica, aplicamos um questionário. O questionário foi estruturado a partir das inquietações iniciais levantadas no decorrer do projeto, as quais são: Para considerar uma pessoa alfabetizada é preciso que ela também seja letrada? Os professores se sentem seguros ao investir o processo de alfabetização dos seus alunos? Quais aspectos os professores apontam como problemáticos para o desenvolvimento da sua prática pedagógica?

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Alguns teóricos, como Kramer (2010) e Soares (2015), explicam que a concretização da alfabetização perpassa pela dificuldade dos professores de entender o seu processo de aquisição da leitura e escrita, pelas crianças. Ao refletir sobre essa questão, constatamos, na análise dos dados obtidos no questionário, que os professores investigados se sentem inseguros em relação à prática apesar de possuírem um discurso teórico sobre o assunto.

Porém, percebemos durante a realização desta pesquisa, que, na maioria das vezes, havia ausência de um conhecimento teórico relacionado às práticas exercidas pelos professores. Eles expressaram algumas inseguranças ao lidar com o processo de construção de hipótese de leitura e de escrita dos seus alunos.

Nesse contexto, é importante considerar uma alfabetização que una teoria e prática de forma articulada, para que seja dado um caminho ao professor, que norteie suas práticas sem aprisionar a criatividade e o entendimento dos alunos. Desse modo, há uma liberdade para que se estabeleçam os princípios norteadores de uma prática pedagógica que atenda às necessidades e às especificidades dos alunos, desenvolvendo as suas potencialidades na aquisição da leitura e da escrita com significado e contextualização.

Registramos, através da aplicação dos questionários, que 60% dos professores entrevistados relataram sentirem-se inseguros ao lidar com o processo de alfabetização dos seus alunos e 30% afirmaram que às vezes ficam inseguros. Apontaram que trabalhar com uma classe heterogênea, com alunos em diversos níveis de aprendizagens, tem sido um aspecto dificultador, pois, para eles, é um dos motivos que impedem a aquisição da leitura e da escrita na idade certa.

Ao analisar as respostas e relacioná-las com o observado em sala, percebemos que a dificuldade não se encontra na heterogeneidade, mas na quantidade de alunos que necessitam de atenção particular, uma vez que nessa fase a criança requer muito do adulto, principalmente nas intervenções diretas para elas entenderem o erro de sua escrita e se permitirem a novas hipóteses.

Observamos que dos quinze alunos que participaram da pesquisa na idade de 7 a 10 anos, oito ainda se encontram na hipótese de leitura e de escrita silábica, ou seja, no nível aquém do esperado, atribuindo uma letra para cada sílaba. Identificamos os demais alunos no nível de representação alfabética, representam a escrita fonética, escrevendo como se fala. Esta classificação corresponde à teoria da psicogênese da língua escrita defendida por Ferreiro (2010).

Os resultados demonstrados na pesquisa sinalizam para a importância dos professores passarem a conhecer os níveis de aquisição da escrita e avaliar seus alunos não apenas para identificação, mas para planejarem um trabalho pedagógico sistemático que proporcione aos alunos a reflexão sobre suas hipóteses escritas e possam avançar. E nesse processo, é necessário que o professor considere sempre a alfabetização na perspectiva do letramento.

Essa percepção de nivelamento da aprendizagem de todos os alunos, ainda é uma realidade muito presente no discurso e no imaginário das professoras, pois acreditam que ao lecionarem para turmas homogêneas, com crianças em um mesmo nível no processo de alfabetização, a sua prática pedagógica é facilitada e, provavelmente, os resultados são mais positivos. Esse pensamento baseia-se nas práticas antigas de organização escolar.

Reafirmamos que a questão não está na igualdade de nível de escrita, mas na quantidade de alunos para intervir no processo, considerando que na idade dos 7 aos 8 anos ainda há muita dependência do adulto. No entanto, com a presença de uma auxiliar de sala a realidade do quantitativo seria menos problemática para o processo de aprendizagem dos alunos, que precisam particularmente de uma intervenção para avançar nas suas hipóteses, pois nem sempre o aluno consegue apenas com o trabalho junto aos seus pares.

O pensamento da homogeneidade, sugerido por alguns professores, corresponde à defesa da tendência tradicional do ensino, que em padrão de atividades alcança-se os objetivos do ensino. Segundo Ferreiro (2010), a abordagem aponta a alfabetização com um método utilizado e a necessidade da criança corresponder a um estado de maturidade ou de prontidão para sua iniciação no mundo da escrita.

Apesar desse modelo não ser mais defendido abertamente na organização escolar, percebemos nesta pesquisa que os professores indiretamente ainda colocam como uma possibilidade para o melhor desempenho de seus alunos. Embora, esses professores tenham o conhecimento sobre o processo da escrita e sua relação específica para cada criança, uma vez que a aprendizagem não envolve apenas as experiências escolares e a proposta curricular.

Nas práticas pedagógicas exercidas, a padronização e a expectativa de “prontidão” encontra sentido de acreditar na homogeneização das turmas em relação à escrita. Vimos também que dúvidas surgem em relação à perspectiva construtivista, com práticas as quais vêm sendo confrontadas; apesar de mascarar os resultados de um passado no ensino no qual eram excluídos aqueles que não se adequassem ao modelo de aprendizagem. A concepção de alfabetização por meio das cartilhas na década de 1980 é bem diferente da que temos no momento presente.

Essa abordagem contrapõe-se à concepção construtivista, entendendo que através do processo de construção de um sistema de representação escrita, os sujeitos elaboram hipóteses que são confrontadas por meio de práticas sistematizadas pelos professores que possibilitam os sujeitos a pensarem sobre a reflexão formulada.

Ferreiro (2010) e seus colaboradores, com base nos estudos de Piaget, avançam nessa perspectiva conceitual de alfabetização, a fim de promover mudanças profundas na própria estrutura das práticas docentes, uma vez que o contraponto para as mudanças de práticas pedagógicas remete a pensar como o aluno aprende, ou seja, como o sujeito pensa e constrói conhecimentos. Porém, os dados elencados nesta pesquisa nos permitem verificar que é preciso mudar posturas para alterar condutas que não se justificam pela teoria “defendida” pelo discurso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do estudo sobre a alfabetização e o letramento, tivemos a oportunidade de vincular os dados obtidos com a base teórica sobre o assunto. Não esperávamos encontrar, após mais de três décadas de divulgação e de formação de professores sobre a psicogênese da língua escrita, atividades sem contextualização e distantes da realidade vivenciada pelos alunos. Essa realidade está bem presente nas escolas em que temos uma classe menos favorecida socialmente.

O distanciamento das atividades propostas com a realidade dos alunos também foi reconhecido como alvo de desinteresse deles em participar das atividades escolares. Consideramos esse ponto como relevante, uma vez que evidencia uma necessidade de se preocupar com a formação dos professores, pois eles deveriam exercer sua prática pedagógica articulada com a teoria.

Segundo Tardif (2002), os saberes docentes têm relação contínua com a formação adquirida em seu percurso profissional, anterior a este e principalmente posterior a uma formação acadêmica. A esse respeito o autor considera que:

Além dos saberes produzidos pelas ciências da educação e dos saberes pedagógicos, a prática docente incorpora ainda saberes sociais definidos e selecionados pela instituição universitária. Estes saberes integram-se igualmente à prática docente através da formação inicial e contínua dos professores. (TARDIF, 2002, p. 38).

Compreendemos que juntamente com seu saber, sua cultura individual e coletiva o professor traz para o exercício da sua docência fragmentos da sua história de vida e sua visão de mundo. A maneira de conduzir os conhecimentos passa pela sua visão de ciência, de homem histórico, das experiências que acumulou no decorrer da vida. Esse nicho de saberes o professor traz consigo para a escola, onde também o encontro dos saberes dos alunos, pois eles também chegam à sala de aula carregados de cultura e essa deve ser considerada no processo de aprender e de ensinar.

Kramer (2010) ressalta o quanto é importante entender que tanto o aluno quanto o professor ao chegar à escola não são folhas em branco, porque já trazem conhecimentos e histórias de vida tão essenciais para uma maior participação política, social e cultural na sociedade atual. Constatamos na pesquisa que esses saberes não são considerados como deveria.

Assim sendo, o problema da alfabetização e do letramento ainda ocupará pautas de discussão na academia e no exercício da profissão do professor, pois esse acaba, por vezes, reproduzindo a maneira tradicional de entendimento da concepção de aprendizagem, enfatizando apenas os aspectos gráficos e ignorando os aspectos construtivos; em outras palavras, os aspectos relacionados ao que o aluno procurou representar e os meios utilizados para criar diferenciações entre as representações realizadas ao formularem suas hipóteses escritas.

Essa desvalorização do processo resulta em uma condição de afastamento do aluno ou mesmo de desistência do letramento e alfabetização. Isso se percebe ao ouvir dos próprios alunos a resistência às atividades de escrita que envolve a sua autoria. Por isto, eles cedem bem às cópias do quadro e as atividades direcionadas que não requer uma reflexão. O fato de alunos chegarem ao 5º ano sem domínio mínimo da habilidade de leitura e de escrita apresenta-se como consequência dessa forma inicial de lidar com esse código de registro social.

A discussão acerca das práticas exercidas que favorece o processo de aquisição da alfabetização e do letramento não pode se esgotar neste estudo, pois ainda há muito a refletir sobre o assunto. A crítica da realidade a qual muitas crianças em processo de construção de aprendizagem da leitura e da escrita estão submetidas é um dos caminhos para compreender os índices de resultados de avaliação nacional, mas acima de tudo não basta entender que práticas estão na escola e sim o que faremos com elas.

Outro aspecto que se destacou na investigação foi a dinâmica nas salas dos 1ºs anos, pois a quantidade de alunos sem auxiliar dificulta a aproximação do professor de forma mais intensa e individual nas intervenções. A partir deste estudo foi possível visualizar o processo vivido pelas crianças e pelos professores e, ainda, compreender o processo individual tão singular o qual cada criança passa na tentativa de aprender um sistema linguístico tão complexo, que ao longo da história sofreu modificações as quais desafiam a construção das hipóteses no pensamento infantil.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.
- FERREIRO, Emília. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.
- _____. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 2001.
- KRAMER, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita: formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2015.
- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: vozes, 2002.
- TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Trad. Ana Maria Machado. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.